

9 OUT 1985 *Divida etc*

# Devedor soberano

O Brasil está programado para crescer de 5 a 7 por cento no ano que vem, repetindo a taxa de expansão estimada para 1985. A sustentação do crescimento da produção e do emprego está amarrada no Plano Nacional de Desenvolvimento (para o período 1986/89) e devidamente encaixada no orçamento da União para 1986. Na realização desse objetivo nacional, colocado em termos de "Compromisso Político" da Nova República, o Governo brasileiro se permite o luxo de ignorar as pressões externas, via FMI, por um tratamento de choque do processo inflacionário. O Brasil quer pagar as contas lá fora, mas não abre mão da formulação dos próprios planos aqui dentro. Crescimento sem monitoramento.

O recado foi dado pelo Ministro da Fazenda, Dilson Funaro, ao grupo dos 24 sábado; ao Comitê Interino do FMI, domingo; ao Presidente da Reserva Federal dos Estados Unidos, Paul Volcker, segunda; ao plenário da assembléia anual do FMI-Bird, ontem.

\*\*\*

A posição brasileira é pacífica e ordeira. Ao invés de pedir a cabeça do FMI, o Brasil quer mudar a cabeça do dito cujo: não mais confiamos na competência técnica dos programas de ajustamento do FMI e temos o direito, enquanto devedores soberanos, de modular nossos próprios corretivos. Cada caso é um caso. O FMI que trate de admitir isso: o Brasil não pode copiar o exemplo mexicano nem imitar o "choque" argentino. A prioridade brasileira, excludente, está no restabelecimento do emprego urbano, com a recontração de 4,5 milhões de homens que perderam até as calças na recessão punitiva de 1981/84 e com a recepção dos 3,5 milhões de jovens de 18 a 26 anos que estão pelas esquinas da vida em busca do primeiro emprego. Entre os quais, 180 mil diplomados pelas universidades brasileiras.

O Brasil não tem "colchão" social para resistir ao baque de mais dois ou três anos de "estagnação". A economia indexada sabe coexistir com a inflação, mas não consegue conviver com a recessão.

## O exemplo vem dos argentinos

William Rhodes, interlocutor dos bancos privados, diz no "Wall Street Journal" que o sistema financeiro não pode "desprestigar" a auditoria do FMI — sem entrar nos méritos e nos métodos dessa autoria. Logo, o retratamento da dívida brasileira, pelos bancos, aguarda o novo acordo do Brasil com o FMI, com o lembrete: quem deve ter pressa nesse entendimento é o Brasil e não os bancos...

E mais: William Rhodes recomenda a adoção, pelo Brasil, da

mesma atitude corajosa dos argentinos, vulgo plano austral. O jornal insinua que o Presidente Raul Alfonsín importou o plano de austeridade, apelidado de "choque heterodoxo", de economistas brasileiros, politicamente engajados com os compromissos mudancistas da Nova República. Na recente frustração do exemplo mexicano, inventa-se agora o exemplo argentino. A inflação apocalíptica despencou espetacularmente de 1.200 por cento ao ano para um índice anualizado de 160 por cento, em apenas dois meses.

O reparo é de sindicalistas argentinos ouvidos pelo "Clarín": o choque "heterodoxo" está produzindo um resultado mais que ortodoxo, pois a queda da inflação se faz acompanhar do aprofundamento da recessão e do sucateamento final do aparelho produtivo. O projeto argentino guarda certa intimidade com a cartilha do FMI e deve ser contestado no seu princípio básico: para assar o leitão, não é preciso botar fogo na casa.

## Os brasileiros têm a resposta

Cada caso é um caso, repete a economista Maria da Conceição Tavares, que dispensa apresentação: as condições de uso e de abuso, no caso argentino, nada têm a ver com o momento brasileiro e muito menos com a formação estrutural da nossa estimada inflação inercial. Entre outras diferenças:

1) No Brasil, a inflação não desce, mas também não sobe; e a economia voltou a crescer; a argentina estava caindo na cova;

2) Derrubar uma inflação de 1.200 para menos de 200 por cento ao ano é bem mais fácil que rebaixar a taxa de 200 para 150 por cento; a lei do êmbolo no cilindro explica o fenômeno;

3) A economia brasileira está indexada na vertical do índice e na horizontal do sistema; a economia argentina, não;

4) A indexação brasileira vem protegendo a poupança financeira, combustível do sistema, contra a ferrugem inflacionária; para os "rentistas", a inflação não existe;

5) Os trabalhadores brasileiros ainda estão brigando pelo reajuste trimestral do salário nominal; os argentinos já estavam no reajuste mensal, com restauração do salário real;

6) O povo argentino tem "reserva de potência" (biológica, econômica e social) para absorver o choque do tratamento corretivo; o povo brasileiro, politicamente manso, abriga um bolsão de miséria com pelo menos 60 milhões de pobres e miseráveis, exatamente o dobro da população argentina;

7) Nos próximos 15 anos, até o ano 2000, o Brasil vai receber, com casca e tudo, mais 44 milhões de brasileiros. A Argentina, no mesmo período, apenas 2,5 milhões de novos argentinos...